

AS POTENCIALIDADES EM TORNO DO TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA EM TERRITÓRIOS QUILOMBOLAS DE CORUMBÁ/MS*

The Potentialities Around Community Based Tourism in Quilombola
Territories in Corumbá/MS, Brazil

Dyego de Oliveira Arruda**

Leticia Ferreira Xavier***

Milton Augusto Pasquotto Mariani****

Resumo: Este artigo objetiva analisar as potencialidades em torno da possível implementação de iniciativas de Turismo de Base Comunitária (TBC) em comunidades quilombolas de Corumbá/MS. Em termos metodológicos, realizaram-se três entrevistas em profundidade com as associações de moradores de comunidades quilombolas de Corumbá. Além disso, também foram empreendidos processos de observação participante junto às comunidades. Em suma, os resultados da pesquisa deram conta de que as comunidades quilombolas desejam empreender iniciativas de TBC em seus territórios, uma vez que tal atividade é vista como fonte de empoderamento, geração de renda, fixação no território e manutenção da cultura e meio-ambiente locais.

Palavras-chave: Turismo de Base Comunitária (TBC), comunidades quilombolas, desenvolvimento local, Corumbá/MS.

Abstract: This article aims to analyze the potentialities around the possible implementation

Introdução

O turismo, em suma, perfaz uma atividade socioeconômica que, ao ser bem planejada e executada, implica na preservação dos ativos ambientais e socioculturais dos territórios, além de ser uma via importante para a geração de emprego, renda e empoderamento às comunidades e grupos sociais historicamente subalternizados e invisibilizados (ALMEIDA; CASTRO, 2017).

Quando consideramos os desafios para o adequado planejamento e implementação da atividade do turismo nos territórios, as principais questões que normalmente emergem da litera-

* Trabalho realizado com apoio da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - UFMS/MEC - Brasil; e do Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca - CEFET-RJ/MEC - Brasil.

** Graduado em Ciências Econômicas e Mestre em Administração pela UFMS. Doutor em Administração de Organizações pela USP. Atualmente é professor do Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca (CEFET/RJ), lecionando em cursos de graduação e no Programa de Mestrado em Relações Étnico-Raciais (PPRER) da instituição. E-mail: dyego.arruda@gmail.com.

*** Graduada e Mestre em Administração pela UFMS. Atualmente é Doutoranda em Administração pela Escola de Administração e Negócios (ESAN) da UFMS. E-mail: letis.xavier@gmail.com.

**** Graduado em Geografia pela UNESP, Mestre em História Social pela PUC/SP e Doutor em Geografia Humana pela USP. Atualmente é professor da UFMS, lecionando na graduação e nos Programas de Pós-Graduação em Administração (PPGAD) e Estudos Fronteiriços (PPGEF/CPAN) da instituição. E-mail: miltmari@terra.com.br.

of Community Based Tourism (CBT) initiatives in quilombola communities in Corumbá/MS, Brazil. In methodological terms, three in-depth interviews were conducted with associations of residents of quilombola communities in Corumbá/MS. In addition, participatory observation processes were also undertaken with the communities. In summary, the results of the research showed that quilombola communities wish to undertake CBT initiatives in their territories, since such activity is seen as a source of empowerment, income generation, fixation in the territory and maintenance of local culture and environment.

Keywords: Community Based Tourism (CBT), quilombola communities, local development, Corumbá/MS.

tura especializada e da análise de casos específicos são as seguintes (GRIMM; ALCÂNTARA; SAMPAIO, 2018; ARRUDA, GONÇALVES, 2020): (a) a urgência em estruturar o turismo de modo a não impulsionar a descaracterização dos territórios, seja no que tange aos seus ativos ambientais, bem como no que se refere aos aspectos históricos e culturais; (b) a carência em fazer com que o turismo seja fonte de geração de emprego e renda no território, dinamizando os ciclos de desenvolvimento endógeno; (c) a necessidade em estimular a participação e a democracia no âmbito da organização das práticas turísticas nos territórios, de modo a permitir com que a atividade do turismo seja uma via de emancipação e participação popular e; (d) a imprescindibilidade em fazer com que o turismo integre os grupos historicamente subalternizados e invisibilizados nos territórios, tais como as comunidades indígenas, ribeirinhos, pequenos produtores associados, além das comunidades quilombolas.

Mano, Mayer e Fratucci (2017) apontam que o Turismo de Base Comunitária (TBC), em função dos aspectos que o caracterizam, representa uma alternativa muito promissora para a integração – a partir de princípios democráticos, participativos, solidários e sustentáveis – de comunidades e grupos específicos que historicamente ocuparam os territórios nos quais as práticas turísticas podem ser operacionalizadas.

Vale frisar que o TBC representa uma modalidade de turismo que normalmente é empreendida em pequena escala, em territórios com ativos naturais e socioculturais muito específicos, numa dinâmica em que a tônica fundamental das práticas de turismo comunitário é permitir com que as próprias pessoas que residem nas comunidades sejam as protagonistas dos processos de organização e implementação da atividade do turismo nos territórios em que tradicionalmente vivem (TOLKACH; KING, 2015).

O Ministério do Turismo, ao considerar as possibilidades a partir das quais o TBC pode ser organizado nos territórios, pondera que as definições e práticas em torno de tal modalidade de turismo normalmente levam em conta os seguintes princípios (BRASIL, 2010, p. 16): (a) autogestão; (b) associativismo e cooperativismo; (c) democratização de oportunidades e benefícios; (d) centralidade da colaboração, parceria e participação; (e) valorização da cultura local; e (f) protagonismo das comunidades locais na gestão da atividade e/ou na oferta de bens e serviços turísticos, visando à apropriação, por parte destas comunidades, dos benefícios advindos do desenvolvimento da atividade turística.

Existem dificuldades para que as comunidades locais alcancem o pleno desenvolvimento do TBC. Dentre os empecilhos mais frequentes destacam-se a carência de informações, recursos (sobretudo materiais e infraestruturais), além da ausência de poder de agência, de modo a fazer com que o mercado tradicional de turismo seja mais receptivo às práticas de TBC (ALMEIDA; CASTRO, 2017). Não obstante, vale pontuar ainda que a maioria das comunidades pobres apresentam dificuldades em mobilizar capital ou recursos para construir as instalações e infraestruturas necessárias para o adequado desenvolvimento do turismo comunitário em seus territórios (SCHEYVENS, 2002).

Arruda e Gonçalves (2020), ao considerarem os dilemas em torno da implementação de iniciativas de TBC em comunidades quilombolas, ponderam que, a despeito de os indivíduos que residem nessas localidades desejarem a operacionalização do turismo comunitário nos territórios onde vivem, existem desafios, sobretudo de ordem material e infraestrutural, para que essas práticas sejam uma realidade mais promissora nos territórios quilombolas. Ademais, os mesmos autores ainda ressaltam a carência de políticas públicas efetivas e coordenadas que amparem, a bom termo, as demandas das comunidades quilombolas, inclusive no âmbito da geração de ocupação, renda, preservação sociocultural e ambiental por meio do TBC.

De todo modo, Cardoso e Bomfim (2020) sublinham que, a despeito dos desafios para a implementação de iniciativas de TBC nos territórios quilombolas, ainda assim é necessário salientar a potência e o vigor que tal modalidade

de turismo pode apresentar ao se difundir nos territórios quilombolas, que são espaços de resistência, dotados de história e cultura muito singulares e potentes, de uma gastronomia rica e variada, sem contar os ativos ambientais (tais como rios, córregos, além da fauna e flora variadas) que existem e estão em adequadas condições de preservação em muitos desses territórios. Sendo assim, ainda no entender dos autores acima pontuados, o TBC nos territórios quilombolas, desde que seja implementado de forma adequada e participativa, pode ser uma via importante para a difusão da sustentabilidade nesses territórios, seja na vertente ambiental, relacionada à manutenção dos ativos socioambientais da localidade; seja no aspecto social, calcado na valorização dos aspectos históricos e culturais do território; seja no viés econômico, tipificado pela geração adequada de renda às pessoas que residem nos territórios.

Reconhecendo – tal como nos sugeriram Cardoso e Bomfim (2020) – a urgência em compreendermos as comunidades quilombolas enquanto espaços promissores para a organização e difusão de iniciativas de TBC, uma questão de pesquisa que emerge é a seguinte: afinal, quais são as potencialidades em torno da implementação de iniciativas de TBC em comunidades quilombolas?

Portanto, tendo como ponto de partida a questão de pesquisa acima indicada, este artigo tem como objetivo analisar as potencialidades que cercam as iniciativas de TBC que podem ser empreendidas em comunidades quilombolas que se localizam no município de Corumbá, no Mato Grosso do Sul.

Vale frisar que Corumbá é um município do extremo oeste do Estado de Mato Grosso do Sul que, por estar em território de fronteira (na divisa entre Brasil, Bolívia e Paraguai), apresenta uma singularidade histórica e cultural muito evidente. Nesse sentido, Corumbá é palco das inter-relações entre a cultura pantaneira, a boliviana e a paraguaia, numa dinâmica em que essas trocas culturais acabam por resultar em uma culinária muito específica, além de hábitos e costumes que marcam e tornam singular o município sob análise neste estudo (ALMEIDA; COSTA; BENEDETTI, 2017).

Segundo a Fundação Cultural Palmares (FCP, 2021) o município de Corumbá possui três comunidades quilombolas já certificadas (ou seja, já reconhecidas pelo poder público constituído), além de um conjunto de outras comunidades, em sua maioria localizadas em áreas remotas do pantanal corumbaense, que estão em vias de organização e reconhecimento.

Sendo assim, merece destaque o fato de que este estudo pode contribuir, principalmente em termos empíricos, para evidenciar a realidade de comunidades quilombolas de Corumbá, tendo como perspectiva o apoio e catalisação das

potencialidades que essas comunidades apresentam para difundir iniciativas de turismo comunitário em seus territórios. Além disso, do ponto de vista das políticas públicas, vale frisar que o presente estudo pode contribuir para a proposição e implementação de agendas públicas que tenham como escopo o apoio às iniciativas de TBC nos territórios quilombolas de Corumbá e do Mato Grosso do Sul, de uma forma geral.

O Turismo de Base Comunitária (TBC): algumas características fundamentais

O Turismo de Base Comunitária (TBC) refere-se a toda forma de organização de iniciativas, em torno da atividade econômica do turismo, nas quais é da comunidade a posse dos ativos para a operacionalização das práticas do turismo que, por sua vez, normalmente se desenvolvem de forma autogestionária, ou seja: não há um único indivíduo que monopolize as decisões, que são tomadas de forma democrática, dialogada e participativa (GRACIANO; HOLANDA, 2020; MANO; MAYER; FRATUCCI, 2017).

Nesse íterim, Moraes, Irving e Mendonça (2018) apontam que no TBC a autogestão é realizada de acordo com as práticas democráticas e solidárias, tanto em relação à execução do trabalho, quanto no que concerne à distribuição dos benefícios, sendo a equidade o valor subjacente, seguido pelo bem-estar de todos os sujeitos envolvidos na prática do turismo comunitário.

Para enfrentar os desafios do turismo e atender à crescente demanda por alternativas ao modelo capitalista, o TBC pode ser compreendido como uma ferramenta para a (re)distribuição de riqueza e recursos (sobretudo materiais), de modo a proporcionar justiça social e equidade (GIAMPICCOLI, 2015). É interesse destacar que o TBC, na essência de seus princípios, busca a promoção da autossuficiência e da autogestão, bem como ser transformadora, redistributiva, capacitadora, holística, além de ser fonte de desenvolvimento. Ao mesmo tempo, o TBC promove as capacidades individuais e comunitárias, geração de emprego e renda, controle de recursos pela comunidade, além da garantia de justiça social, sem contar a manutenção das especificidades socioambientais e culturais dos territórios (GIAMPICCOLI; MTAPURI, 2015).

Vale frisar que o TBC possui a particularidade de que as rendas econômicas auferidas no âmbito de tal atividade devem ser distribuídas igualitariamente entre os indivíduos, e devem também contribuir para o desenvolvimento local. Além disso, o TBC demanda estratégias de divulgação adequadas à realidade do território, de modo a não o descaracterizar, ao mesmo tempo em que se atendem as expectativas e anseios dos potenciais visitantes, ávidos por conhecer os atra-

tivos e particularidades presentes nos territórios (MTAPURI; GIAMPICCOLI; JUGMOHAN, 2015).

É importante ressaltar que os membros das comunidades desfavorecidas devem ser direta e integralmente beneficiados pelas atividades do TBC, por meio da priorização de suas demandas elementares, dentro de um quadro (re)distributivo, de justiça social, a nível global e local (TAUMATURGO; PEREIRA, 2020).

Em tempos em que se buscam por iniciativas que construam uma alternativa possível ao turismo convencional, o TBC é considerado uma abordagem interessante para o desenvolvimento do turismo alternativo, de modo a superar os desafios e problemas gerados pelo modelo de turismo tradicional (GIAMPICCOLI, 2015). Há questionamentos, todavia, sobre a maneira de implementação de abordagens de TBC e seu real benefício para as comunidades.

Assim como muitos projetos de cunho social, as iniciativas inseridas no âmbito do TBC demandam uma série de cuidados envolvendo a avaliação e o planejamento desse tipo de iniciativa, de modo a efetivamente integrar e permitir a participação da comunidade local, ao mesmo tempo em que se estimula a valorização e preservação dos ativos socioambientais e culturais da comunidade, numa dinâmica em que o turismo comunitário, além dos aspectos acima pontuados, também deve implicar na geração de ocupação, renda, participação e empoderamento às comunidades locais (ASKER *et al.*, 2010).

Embora a importância da autogestão entre os indivíduos seja fortemente pontuada nas discussões sobre TBC, há, contudo, a necessidade de políticas públicas que abracem a causa e ofereçam suporte a esse tipo de iniciativa comunitária (SILVA; CHAVES; SIMONETTI, 2020). Nesse sentido, os atores do turismo (incluindo o poder público) precisam estar sensíveis à necessidade de estímulo às iniciativas de TBC, contribuindo para o incremento das possibilidades, sobretudo materiais e infraestruturais, de as comunidades inserirem-se ativamente na atividade do turismo. Desse modo, são essenciais as políticas públicas que incrementem a infraestrutura de acesso e sinalização às comunidades, capacitem os moradores e estimulem os potenciais visitantes a envolverem-se com a lógica do TBC, que escapa ao modelo convencional de turismo e, portanto, implica em uma prática turística mais genuína, autêntica e marcadamente experiencial (MIELKE; PEGAS, 2013).

Deve-se registrar que as comunidades e grupos específicos – tais como as comunidades quilombolas – representam importantes “receptáculos” para a organização e difusão de iniciativas de turismo comunitário, principalmente porque (ARRUDA; GONÇALVES, 2020; CARDOSO; BOMFIM, 2020; ALMEIDA, 2017):

- (a) Trata-se de comunidades compostas por pessoas com fortes laços afetivos e de ligação entre si, não raro provenientes de relações de parentesco, numa dinâmica em que fica mais propício o estabelecimento de ações coletivas e participativas, de modo a permitir com que o TBC se transforme em uma realidade no território;
- (b) As comunidades quilombolas possuem uma história de luta e resistência muito marcada, permitindo com que as pessoas negras aquilombadas (re) existissem ante às múltiplas forças que objetivavam (e ainda objetivam) aniquilar esses sujeitos. Essa história e esse exemplo de luta e resistência, no âmbito das práticas de TBC, podem constituir-se como atrativos turísticos, que particularizam e tornam pedagógicas as práticas turísticas experienciadas no seio do TBC nessas comunidades;
- (c) Não são incomuns as comunidades quilombolas que se localizam em áreas de considerável beleza paisagística, numa dinâmica em que o TBC pode constituir-se como caminho para a manutenção desses ativos ambientais e paisagísticos – sem contar, é claro, o fato de que esses ativos também perfazem atrativos que potencialmente podem atrair visitantes às comunidades;
- (d) Os aspectos culturais das comunidades quilombolas, que perpassam a gastronomia, a religiosidade, a dança e os hábitos tradicionais perpetuados por esses grupos são aspectos que, no âmbito do TBC, também podem implicar na atração de visitantes para as comunidades, ávidos por conhecer e experienciar esses traços culturais muito particulares.

Arruda e Gonçalves (2020), considerando a perspectiva de Fabrino, Nascimento e Costa (2016) apontam que as práticas de TBC em territórios quilombolas são muito promissoras e potentes, uma vez que se tratam de locais propícios para as práticas de turismo situado, que é aquela experiência turística marcadamente autêntica, singular e memorável, que não raro permite com que o visitante conheça melhor a si próprio e o contexto social que o cerca.

Em tempos nos quais os turistas tentam evitar os destinos convencionais e de massa, que oferecem experiências marcadamente homogeneizadas, percebe-se que as práticas de TBC possuem um potencial significativo para se difundirem e se consolidarem, inclusive, nos mercados mais dinâmicos de turismo.

Porém, de que modo as práticas de TBC em territórios quilombolas de Corumbá/MS inserem-se nessa discussão? Quais as potencialidades, no âmbito do TBC, que as comunidades quilombolas em território corumbaense apresentam? No tópico que segue há a descrição dos procedimentos metodológicos que permitiram a coleta e análise de dados que “lançaram luz” nas questões acima apontadas.

Procedimentos metodológicos

Para iniciar os procedimentos metodológicos, é preciso estabelecer critérios rigorosos aplicados a pesquisas em ciências humanas. Assim, Laville e Dionne (1999) lideram essa discussão, ratificando a importância do trabalho com métodos rigorosos para que os resultados da pesquisa sejam confiáveis. Os processos de sistematização de ideias, de racionalização e de cognição realizados por pesquisadores são considerados, por Vergara (2006), uma definição de desenvolvimento de método com forte nível de confiabilidade.

Para a caracterização dos procedimentos metodológicos adotados no âmbito do presente estudo, considerou-se o seu objetivo, o processo, a lógica e o resultado auferido.

Em termos de objetivo, a pesquisa é definida como exploratória, descritiva e analítica. É exploratória porque busca ampliar conhecimentos sobre um determinado objetivo e contribui para o desenvolvimento de outros estudos. A pesquisa exploratória é realizada sobre um problema ou questão de pesquisa quando há pouco ou nenhum estudo anterior sobre determinando tema, e, portanto, busca-se identificar e obter informações sobre as características de um problema ou questão (COLLIS; HUSSEY, 2005). É também descritiva porque busca descrever o comportamento dos fenômenos em estudo, nesta pesquisa, três território quilombolas identificados no município de Corumbá-MS. Além disso, a pesquisa é analítica porque busca ir além da mera descrição das características dos fenômenos, analisando e explicando o porquê ou como eles estão acontecendo. Dessa forma, busca-se entender fenômenos, descobrindo e mensurando relações entre eles (COLLIS; HUSSEY, 2005).

Quanto ao processo, a abordagem é qualitativa, compreendida como o método de caráter mais subjetivo e que envolve o exame e a reflexão sobre as percepções para compreensão das atividades humanas e sociais (COLLIS; HUSSEY, 2005). De acordo com Dias e Silva (2010), a abordagem qualitativa é realizada por meio de observações de pessoas, além da utilização de questionários, entrevistas e documentos, com o desígnio de caracterizar as habilidades e facilitar a compreensão dos comportamentos em contextos distintos. Creswell (2010) afirma que a abordagem qualitativa utiliza concepções filosóficas, estratégias de investigação, métodos de coleta e análise de interpretações particulares.

No que tange aos resultados, a pesquisa é do tipo aplicada, pois visa uma aplicação dos seus resultados para a eventual solução de questões específicas, que podem emergir do contato e interação com o campo da pesquisa. Em geral, essa tipologia é projetada para aplicar suas descobertas a um eventual problema e/ou arranjo específico existente (COLLIS; HUSSEY, 2005).

Quando se consideram os métodos para coleta de dados, optou-se pela elaboração de um roteiro para entrevistas em profundidade. Em suma, vale pontuar que as entrevistas foram realizadas com os/as responsáveis pelas associações de moradores dos territórios quilombolas de Corumbá/MS que compuseram o foco dessa pesquisa. Deve-se ainda registrar que o roteiro foi composto por cinco blocos de questões, conforme detalhes que contam no quadro 1.

Quadro 1: Organização do roteiro de entrevista

Bloco	Objetivo	Descrição
Bloco A	Compreender contexto histórico dos territórios	Analisar questões sobre sua a cronologia histórica, a natureza, as histórias de vida e motivações dos territórios
Bloco B	Explorar os territórios	Questionar sobre a regularização fundiária, além de aspectos socioeconômicos e políticos
Bloco C	Analisar os aspectos culturais	Relacionados à religiosidade, modos de vida e formas de subsistência
Bloco D	Investigar o turismo	Realizar indagações sobre a relação dos territórios com o turismo e sobre os impactos e as possibilidades do setor
Bloco E	Avaliar o turismo	Avaliar a condição a partir da qual o turismo comunitário pode empreender-se no território, além da proatividade, por parte da comunidade, em envolver-se com tal atividade

Fonte: Adaptado de Leite (2018)

Ao todo, foram realizadas três entrevistas em profundidade com as representações das associações de moradores dos territórios quilombolas. Em suma, a opção por interagir com as associações de moradores deveu-se à crença, por parte dos pesquisadores, de que as “presidências” das associações representavam sujeitos que, em boa medida, conhecidas as principais demandas, histórias e percepções das comunidades.

Para além das entrevistas em profundidade, realizaram-se processos de observação participante junto aos territórios, de modo que o “olhar” decorrente da observação participante complementou, em boa medida, as análises e reflexões deste estudo. As entrevistas e observações participantes ocorreram ao longo do ano de 2019 – antes, portanto, da emergência do contexto de pandemia de Covid-19 no mundo e no Brasil.

As entrevistas foram gravadas e transcritas separadamente. Para Queiroz (1991), a grande diferença entre o registro da informação viva e o registro através da escrita, que realça a observação que acaba de ser feita, está no fato de que a informação viva provém diretamente do informante e de suas motivações específicas. A qualidade do material obtido depende da qualidade do informante escolhido, em função do que se pretende desvendar, reforçando a escolha dos

representantes dos territórios quilombolas a frente das principais ações e funções de responsabilidade. Para a autora, toda pesquisa é uma consequência da posição específica do cientista numa sociedade, e se torna um prolongamento das ações deles, o que é especialmente visível nas ciências sociais.

Esta pesquisa seguiu os preceitos de Padilha et al. (2005), pois garantiu o anonimato, a privacidade e a proteção da imagem dos informantes, além de assegurar o respeito aos valores culturais, religiosos e morais dos participantes. Por essa razão, os entrevistados e seus respectivos territórios serão mantidos em anonimato, sendo os territórios representados pelas siglas T1, T2 e T3 ao longo da discussão e análise dos resultados da pesquisa.

Para a análise dos dados, optou-se pela técnica de análise de conteúdo. Para Bardin (2011), a análise de conteúdo define-se como um conjunto de técnicas de análise das comunicações, marcado por uma grande disparidade de formas e adaptável a um campo de aplicação muito vasto: as comunicações. Segundo o mesmo autor, qualquer veículo de significados de um emissor para um receptor controlado ou não por este, deveria poder ser escrito, decifrado pelas técnicas de análise de conteúdo.

No entender de Martins e Theóphilo (2007, p. 97), “a análise de conteúdo preocupa-se com o contexto em que a palavra é usada”. Não obstante, Bardin (2011) acrescenta que podem surgir intuições, por parte do investigador, diante das quais convêm formular questões problematizadoras.

Portanto, em posse das respostas da análise de conteúdo proposta por Bardin (2011), o propósito será corroborar com o referencial teórico, generalizando e fortalecendo a teoria sobre o objeto do estudo.

O turismo em Corumbá/MS e as comunidades quilombolas sob investigação

Para compreendermos os resultados da pesquisa é importante, a princípio, ressaltarmos a relevância turística do município de Corumbá/MS. A intensificação do turismo na região se iniciou a partir da década de 1970 com o processo de urbanização da região. Deve-se ressaltar que a cidade de Corumbá se tipifica principalmente pelo turismo de pesca, que é impulsionado em função do potencial piscoso do Rio Paraguai, que margeia boa parcela do perímetro urbano de Corumbá.

Contemporaneamente, Corumbá tem se diversificado, no escopo do turismo, a partir dos segmentos de: (a) ecoturismo, calcado na contemplação da fauna e flora do bioma pantaneiro; (b) turismo cultural, ancorado nas “vivências” do co-

tidiano pantaneiro, sem contar os aspectos que perpassam a proximidade com as cidades bolivianas de Puerto Quijarro e Puerto Suárez; (c) turismo de compras, decorrente das áreas de livre comércio e trânsito de bens e serviços entre Brasil e Bolívia e; (d) turismo comunitário, calcado nos atrativos existentes nas comunidades ribeirinhas e quilombolas existentes na localidade.

No que tange às comunidades quilombolas que, de forma mais particular, compuseram o foco e escopo deste artigo, o quadro 2 apresenta a caracterização geral dos territórios investigados. Vale frisar, por ser oportuno, que em todas as comunidades visitadas observou-se significativo potencial para o empreendimento de atividades ligadas ao turismo comunitário, conforme se discutirá na sequência das análises e reflexões deste texto.

Quadro 2: Caracterização geral dos territórios quilombolas pesquisados

Sigla	Localização	Fonte de renda	Reconhecimento fundiário	Características gerais
T1	Às margens do Rio Paraguai	Pesca e agricultura de subsistência	Em processo	Possui aproximadamente 25 famílias que, além da pesca, também empreendem, no território, atividades agrícolas em pequena escala, para subsistência
T2	Às margens do Rio Paraguai	Pesca	Em processo	Possui aproximadamente 20 famílias que residem às margens do Rio Paraguai e são intimamente ligadas à pesca
T3	Urbana	Atividades diversas	Em processo	Trata-se de uma comunidade de terreiro, ligada à Umbanda, e localiza-se no perímetro urbano de Corumbá; possui aproximadamente 22 famílias

Fonte: Dados da pesquisa

Vale frisar que as três comunidades quilombolas pesquisadas no âmbito do presente estudo são reconhecidas enquanto remanescentes de quilombo pela Fundação Cultural Palmares (FCP), autarquia atualmente vinculada ao Ministério da Cidadania do governo brasileiro. De todo modo, a despeito do reconhecimento enquanto quilombo, deve-se salientar que as três comunidades pesquisadas não possuem a plena regularização fundiária de seus territórios, numa dinâmica em que os referidos processos de regulação se arrastam, há algum tempo, no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), autarquia responsável pelos estudos antropológicos que, quando finalizados, resultam na regularização fundiária e na titulação definitiva dos territórios quilombolas.

É importante sublinhar que, em diálogos com as associações de moradores das comunidades quilombolas, percebeu-se que a carência da plena regularização fundiária dos territórios quilombolas é algo que confere precariedade e um conjunto de incertezas a esses indivíduos, que temem pela perda de seus territórios, que não raro são alvo de cobiça e processos de especulação imobiliária, provocados principalmente por grupos que detêm poderio econômico e político em Corumbá.

De forma mais pontual, vale destacar que os territórios T1 e T2 estão localizados em uma região ribeirinha do município de Corumbá, especificamente às margens do Rio Paraguai. Não obstante, apesar da proximidade entre si, a estrutura dos territórios quilombolas em questão é significativamente distinta: enquanto T1 dispõe, em seu território, de saneamento básico, energia elétrica e água tratada, T2 – a despeito de estar localizado muito próximo fisicamente de T1 – tem infraestrutura significativamente precária, não dispondo de nenhum desses insumos básicos (água encanada, luz elétrica e saneamento básico), de modo que os moradores sobrevivem com ligações ilegais de energia e água, numa dinâmica em que a falta de comprometimento das autoridades locais em prover infraestrutura aos territórios prejudica o desenvolvimento das comunidades em questão.

Nos territórios T1 e T2 a principal fonte de renda é advinda da pesca e do próprio turismo convencional que se desenvolve em Corumbá, uma vez que os moradores das comunidades corriqueiramente são contratados para trabalhar nas embarcações que saem do porto de Corumbá com destino a localidades de pesca e passeio pelo Pantanal. É importante acrescentar que tais indivíduos normalmente são contratados para cozinhar, pilotar e coletar isca. Ademais, vale dizer ainda que os moradores das comunidades quilombolas dispõem de pequenas e rudimentares embarcações, de modo que não é incomum que comercializem pescados à alguns visitantes que, embora em pequena escala, dirigem-se até a comunidade em busca de pescados provenientes da pesca artesanal no Rio Paraguai.

O território T3, por seu turno, está situado na região urbana de Corumbá. As aspirações turísticas dessa comunidade são decorrentes de anos passados (décadas de 1980 e 1990, mais especificamente), quando eram intensamente procurados no âmbito do turismo religioso. Atualmente, a comunidade segue realizando seus rituais religiosos, mas com menor intensidade. Como está localizada da região urbana, não há uma atividade específica concentrada na comunidade T3, de modo que a maioria de seus membros trabalham em estabelecimentos comerciais nas cercanias da comunidade, não raro em atividades informais, precárias e mal remuneradas.

O território T1, além da atividade da pesca, atua no âmbito da agricultura familiar, produzindo legumes e hortaliças para comercialização em feiras e pe-

quenos supermercados de Corumbá. No entanto, como o fluxo de produção não é contínuo, devido ao clima e à falta de infraestrutura da horta, a produção varia bastante, dificultando convênios com outros estabelecimentos, tais como supermercados de médio e grande porte, hotéis e restaurantes. Nos dizeres da entrevistada T1, *“para isso [convênios] tem que ter um fluxo além do que planta, é um contrato de um ano todo, tem que ter uma área boa, Corumbá é quente, tem que ter cobertura [na horta] e isso é muito caro”*.

Apesar do déficit de investimento público e privado no desenvolvimento dos territórios, o que de fato as comunidades querem é autonomia sobre suas atividades, mas a falta de recursos e infraestrutura dificulta os planos de desenvolvimento do território. Próximo à margem do rio Paraguai, o T1 afirma, por intermédio da presidente da associação de moradores, que *“...nós queríamos fazer um tanque no rio Paraguai, com apoio da marinha para demarcar até onde poderia fazer uma barreira para não estragar o meio ambiente”*. A forte vocação da comunidade na pesca e na agricultura potencializaria o turismo ecológico de base comunitária, de modo que os próprios moradores poderiam comercializar peixes, verduras e hortaliças no próprio território, atraindo uma maior quantidade de visitantes até a área.

Com vista para o rio, os territórios T1 e T2 almejam construir seus próprios empreendimentos e comercializar seus produtos. O sentimento de que podem ser empoderados economicamente é compartilhado por ambos os territórios. Para T1, *“pensamos em crescer, mas as portas se abrem bem pouco, na comunidade tem uma casa no morro, dá para ver o rio, [...], dava para fazer um restaurante.”* Nesse ínterim, infere-se que o turismo poderia permitir a abertura de novos territórios para o desenvolvimento do setor e a criação de novos serviços, tal como já descrito por Bianchi (2009).

Na pesca, um dos requisitos para captação da mão de obra é a profissionalização – os atuantes precisam de registros com certificação e carteira de pescadores profissionais. No território T2, a maioria são pescadores profissionais que trabalham na pesca e comercialização dos peixes. No entanto, a falta de barco a motor impede que os pescadores se dirijam a regiões do rio mais ricas em peixes, *“a gente pesca, mas é incerto, não temos condição de ir longe, por que é só no remo, se tivéssemos condição de ir longe, tem lugares melhor de peixe, e dá renda melhor”*. A carência de equipamentos como barcos e caixas para armazenamento dos peixes faz com que outras empresas contratem esses trabalhadores por um preço inferior, ou seja: são contratados por terceiros para realizar o trabalho que poderia ser feito dentro da comunidade e proporcionar captação de trabalho e renda para os moradores, inclusive no âmbito do turismo comunitário ligado à atividade da pesca que, conforme já se pontuou anteriormente, a comunidade tem o desejo de empreender.

O potencial turístico de pesca poderia ser impulsionado por parcerias e apoios estratégicos com as associações que tem autonomia para implementar ações que agreguem os territórios; nesse ínterim, *“a ideia de por meio da associação montar os barcos, que leva [o visitante] para passear um dia e volta e fazer a comida onde eles iam, é aqui que entra o restaurante, o peixe, a verdura e gerar emprego”*, ao desconsiderar o desenvolvimento de qualquer forma de turismo e trabalho, cria-se entraves não apenas para esses grupos mas também para o crescimento e desenvolvimento da região, de um modo geral.

O turismo de base comunitária nesses territórios fortaleceria o envolvimento dos moradores nas atividades desenvolvidas no próprio território, especialmente nos T1 e T2, geraria trabalho e renda a sujeitos que trabalham com pesca e agricultura, que se veem diante de um cenário incerto e dependente de um setor instável e sazonal. O envolvimento da comunidade é o fator principal para desenvolvimento do TBC, os atores são responsáveis pelo autoplanejamento e autogestão das funções, além disso, o patrimônio cultural, bem como o ambiente natural, ou seja, neste caso, os próprios territórios, são as atrações turísticas. Dessa forma, a sustentabilidade econômica dos territórios, conseqüentemente, estimularia a ação sustentável social e ambiental das comunidades. Os empreendedores do TBC trabalham com produções de pequena escala, em virtude da falta recursos e instrumentos para grandes produções; a abordagem interfere no desenvolvimento do turismo alternativo com a finalidade de superar os desafios e problemas gerados no modelo tradicional.

O território T3, diferente dos demais territórios quilombolas, apresenta um contexto histórico que está atrelado à religiosidade. Durante as décadas de 1980 e 1990, centenas de pessoas procuravam o território para participar das cerimônias religiosas, até os famosos recorriam *“a mãe de santo milagrosa [...] presenciei caravanas de ônibus toda sexta-feira”*, ou seja: isto reforça a importância histórica e turística do território. O desenvolvimento do turismo atrai pessoas de todos os lugares do Brasil e da Bolívia à comunidade T3, hoje com menos intensidade, mas ainda assim é reconhecida pela importância religiosa do local.

Apesar das possibilidades de desenvolvimento dos territórios no âmbito do turismo comunitário, não há projeto governamental de apoio e incentivo ao desenvolvimento das atividades vinculadas aos territórios. No próprio município, a sociedade local desconhece a existência dos territórios, *“Os mapas já deveriam estar mostrando as comunidades, tem que brigar por isso, os próprios pesquisadores daqui não sabem onde estão as comunidades”*; para os visitantes não há sinalizações.

O direcionamento da rota turística é voltado para pesca, apontando principalmente para as margens do porto, onde se concentra o maior fluxo turístico. Apesar

das festividades tradicionais de Corumbá, a falta de divulgação e interesse em levar os territórios até a sociedade, é esquecida pelo poder público, “*com barracas e comidas típicas para vender alguma coisa*”, para os territórios seria uma chance de inclusão. Entretanto, a inserção dos territórios no roteiro turístico, além de fortalecer as questões sociais e culturais, também forneceria uma versão alternativa de turismo, através do TBC, constituída dentro dos territórios quilombolas do município.

Para os territórios, seria uma chance de gerar trabalho e renda, pois poderiam comercializar seus produtos, criar as próprias estratégias, estimular autogestão, oferecer um novo panorama turístico ao município, além de preservar as características culturais e sociais dos territórios. Mas existem implicações que interferem no processo de implementação do turismo na maioria das comunidades, como a carência de informações, recursos ou captação de capital para construir as instalações e infraestrutura necessárias para o desenvolvimento do TBC nos territórios quilombolas corumbaenses.

Considerações finais

A pesquisa teve como enfoque analisar as potencialidades em torno da implementação de iniciativas de Turismo de Base Comunitária (TBC) a partir de territórios quilombolas localizados no município de Corumbá, no extremo oeste do Mato Grosso do Sul. Para o desenvolvimento da pesquisa, analisou-se três territórios quilombolas de Corumbá/MS, que foram investigados por intermédio de entrevistas em profundidade e observação participante.

Em linhas gerais, percebeu-se a presença de significativas potencialidades para que as comunidades quilombolas analisadas nesta pesquisa empreendam, de forma solidária e colaborativa, iniciativas ligadas ao turismo comunitário em seus territórios. Dentre as potencialidades que podem catalisar o TBC nas comunidades quilombolas, é possível citar: (a) a significativa beleza cênica e paisagística dos territórios; (b) os aspectos culturais e identitários das comunidades (passando pela gastronomia, pelos hábitos e costumes dos sujeitos que historicamente residem nos quilombos); (c) o aspecto da religiosidade, em particular (vale lembrar que um dos territórios quilombolas visitados é regional e até nacionalmente reconhecido em função da religiosidade ali praticada e difundida há tempos) e; (d) a própria conexão dos sujeitos quilombolas com o Rio Paraguai e com o próprio turismo de pesca, que é uma das forças motrizes da atividade turística empreendida em Corumbá, numa dinâmica em que a efetiva inserção das comunidades tradicionais no âmbito desta modalidade específica de turismo poderia diversificar a oferta de

atrativos turísticos na localidade, fomentando – de forma sustentável e inclusiva – o turismo corumbaense.

Não obstante, vale frisar que foi observado que os territórios quilombolas estudados são privados de questões relacionadas à infraestrutura, comercialização, inserção econômica e participação em questões envolvendo o setor do turismo no município. Porém, apesar dos atuais desafios relacionados às questões políticas e econômicas, as comunidades quilombolas estão dispostas a trabalhar no desenvolvimento do turismo na localidade, especialmente o Turismo de Base Comunitária.

Os sujeitos envolvidos no âmbito do TBC têm autonomia para controlar os processos de tomada de decisão, assim como a execução e os benefícios de suas iniciativas (BROHMAN, 1996). A colaboração entre os territórios em buscar novas formas de implementação do TBC promove as capacidades individuais e comunitárias, geração de emprego e renda, controle de recursos e envolvimento, obtenção da justiça social e remediação do poder e recursos (GIAMPICCOLI; MTAPURI, 2015). Reflete na promoção do autoplanejamento, autossuficiência e autogestão, bem como ser transformadora, redistributiva, capacitadora, holística e de desenvolvimento defendida e fomentada no TBC.

Os planos de uma ação empreendedora impulsionam a inserção no setor turístico e motivam uma gestão mais participativa, com desenvolvimento e preservação sociocultural da região e da comunidade. Os territórios desejam autonomia em gerenciar e controlar suas atividades produtivas, isto é, querem atuar em seus próprios empreendimentos.

É clara a necessidade de apoio, sobretudo econômico e político, para que os territórios alcancem suas projeções futuras. De todo modo, percebe-se a insuficiência no empenho dos gestores públicos em enxergar os potenciais dessas comunidades. Fatores como a negligência em não oferecer saneamento básico, não exigir a correta delimitação do território, além do não reconhecimento como patrimônio histórico são fatores que demonstram a desvalorização dessas comunidades.

A inclusão dos territórios quilombolas em um roteiro turístico poderia incentivar a inserção ou integração com a atividade do turismo, permitindo aos turistas experiências com patrimônios culturais, recursos naturais, atrações locais e o trabalho desenvolvido nos territórios quilombolas, aspectos que até o momento são pouco valorizados e visibilizados. Por este motivo, é necessário o desenvolvimento de políticas que se moldem à realidade local, isto é: devem ser ajustadas ao processo de desenvolvimento turístico local, contemplando estruturas de (re) conhecimento restritas ao contexto local.

Referências

- ALMEIDA, Fabiana Bernardes; CASTRO, Julia Fonseca. Planejamento do turismo de base comunitária: perspectivas críticas. **Caderno Virtual de Turismo**, v. 17, n. 3, p. 66-81, 2017. <http://dx.doi.org/10.18472/cvt.17n3.2017.1161>.
- ALMEIDA, Maria Geralda de. Território quilombola, etnodesenvolvimento e turismo no nordeste de Goiás. **Raega - O Espaço Geográfico em Análise**, v. 40, p. 130-144, 2017.
- ALMEIDA, Rosa Barros; COSTA, Edgar Aparecido da; BENEDETTI, Alejandro Gabriel. As potencialidades dos empreendimentos econômicos solidários de Corumbá. **Revista GeoPantanal**, Corumbá, v. 12, n. 22, p. 143-154, 2017.
- ARRUDA, Dyego de Oliveira; GONÇALVES, Juliano Pessanha. Limites e possibilidades no desenvolvimento de estratégias de Turismo de Base Comunitária em um território quilombola. **Interações – Revista Internacional de Desenvolvimento Local**, v. 21, n. 1, p. 107-123, 2020.
- ASKER, S. et al. **Effective community-based tourism: a best practice manual**. APEC Tourism Working Group. Brisbane, Australia: Griffith University, 2010.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.
- BIANCHI, Raoul. “Critical turn” in tourism studies: a radical critique. **Tourism Geographies**, v. 11, n. 4, p. 484- 504, 2009.
- BRASIL. **Dinâmica e diversidade do turismo de base comunitária: desafio para a formulação de política pública**. Brasília, DF: Ministério do Turismo, 2010. 88 p. (Relatório Técnico).
- BROHMAN, John. New directions in tourism for third world development. **Annals of Tourism Research**, v. 23, n. 1, p. 48-70, 1996. [https://doi.org/10.1016/0160-7383\(95\)00043-7](https://doi.org/10.1016/0160-7383(95)00043-7).
- CARDOSO, Tássio Simões; BOMFIM, Natanael Reis. Educação quilombola e turismo de base comunitária: possíveis diálogos na comunidade do Quingoma. **Cultur – Revista de Cultura e Turismo**, v. 14, n. 1, p. 1-25, 2020.
- COLLIS, Jill; HUSSEY, Roger. **Pesquisa em administração: um guia prático para alunos de graduação e pós-graduação**. 2. ed. Porto Alegre: Ed. Bookman, 2005.
- CRESWELL, John. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. 3. ed. Porto Alegre: Ed. Artmed, 2010.
- DIAS, Donald de Souza; SILVA, Mônica Ferreira da. **Como escrever uma monografia: manual de elaboração com exemplos e exercícios**. São Paulo: Atlas, 2010.
- FCP, Fundação Cultural Palmares. **Certificação quilombola**. 2021. Disponível em: http://www.palmares.gov.br/?page_id=37551. Acesso em: 20 jan. 2021.
- GIAMPICCOLI, Andrea. Community-based tourism: Origins and present trends. **African Journal for Physical, Health Education, Recreation and Dance**, v. 21, n. 2, p. 675-687, 2015.
- GIAMPICCOLI, Andrea; MTAPURI, Oliver. Between theory and practice: a conceptualization of community-based tourism and community participation. **Loyola Journal of Social Sciences**, v. 29, n. 1, p. 27-52, 2015.
- GRACIANO, Pollyanna Fraga; HOLANDA, Luciana Araújo de. Análise bibliométrica da produção científica sobre turismo de base comunitária de 2013 a 2018. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**, v. 14, n. 1, p. 161-179, 2020. <http://dx.doi.org/10.7784/rbtur.v14i1.1736>.
- GRIMM, Isabel Jurema; ALCÂNTARA, Liliane; SAMPAIO, Carlos Alberto Cioce. O turismo no cenário das mudanças climáticas: impactos, possibilidades e desafios. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**, v. 12, n. 3, p. 1-22, 2018. <http://dx.doi.org/10.7784/rbtur.v12i3.1354>.

LAVILLE, Christian; DIONNE, Jean. **A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

MANO, Apoena Dias; MAYER, Verônica Feder; FRATUCCI, Aguinaldo Cesar. Turismo de base comunitária na favela Santa Marta (RJ): oportunidades sociais, econômicas e culturais. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**, v. 11, n. 3, p. 413-435, 2017.

MARTINS, Gilberto de Andrade; THEÓPHILO, Carlos Renato. **Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas**. São Paulo: Atlas, 2007.

MIELKE, Eduardo Jorge Costa; PEGAS, Fernanda Vasconcellos. Turismo de base comunitária no Brasil. Insustentabilidade é uma questão de gestão. **Revista Turismo em Análise**, v. 24, n. 1, p. 170-89, 2013.

MORAES, Edilaine Albertino de; IRVING, Marta de Azevedo; MENDONÇA, Teresa Cristina Miranda. Turismo de base comunitária na América Latina: uma estratégia em rede. **Turismo – Visão e Ação**, v. 20, n. 2, p. 249-265, 2018. <https://doi.org/10.14210/rtva.v20n2.p249-265>.

MTAPURI, Oliver; GIAMPICCOLI, Andrea; JUGMOHAN, Sean. Community-based tourism affinity index: a visitor's approach. **African Journal of Hospitality, Tourism and Leisure**, v. 4, n. 3, p. 1-13, 2015.

PADILHA, Maria Itayra *et al.* A responsabilidade do pesquisador ou sobre o que dizemos acerca da ética em pesquisa. **Texto & Contexto – Enfermagem**, v. 14, n. 1, p. 96-105, 2005.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. **Variações sobre a técnica de gravador no registro da informação viva**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1991.

SCHEYVENS, Regina. **Tourism for development: empowering communities**. Harlow, UK: Prentice Hall, 2002.

SILVA, Glaubécia Teixeira da; CHAVES, Paula Cristina Pereira Rodrigues; SIMONETTI, Susy Rodrigues. Turismo comunitário: diagnóstico das atividades turísticas na comunidade Bela Vista do Jaraqui (Manaus-AM). **Papers do NAEA**, v. 29, n. 3, p. 472-490, 2020.

TAUMATURGO, Ítalo Anderson; PEREIRA, Rita de Cássia. “Próxima parada, Nova Olinda/CE”: justiça distributiva no Turismo de Base Comunitária. **Caderno Virtual de Turismo**, v. 20, n. 2, p. 1-15, 2020.

TOLKACH, Denis; KING, Brian. Strengthening Community-Based Tourism in a new resource-based island nation: why and how? **Tourism Management**, v. 48, p. 386-98, 2015.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. São Paulo: Ed. Atlas, 2006.